

“PARECE-ME QUE OS PENTECOSTAIS NÃO SABEM O PODER POLÍTICO QUE TÊM”

O SOCIOLOGO E PROFESSOR DA FURB JOSUÉ DE SOUZA LANÇA O LIVRO “RELIGIÃO, POLÍTICA E PODER”, PELA EDI-FURB. NA OBRA, ELE BUSCA COMPREENDER AS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO NO ÂMBITO ESTADUAL

PÁGINAS 10 E 11

“GAROTA, NÃO ERRE SEUS CAMINHOS”

REGISTROS E REFLEXÕES DE UM TEMPO EM QUE O CASAMENTO DEVERIA SINTETIZAR A VIDA DE TODAS AS JOVENS, CONTUDO, NÃO BASTAVA CASAR, ERA PRECISO MANTER O MATRIMÔNIO. ANÁLISE DA PROFESSORA CRISTINA FERREIRA, DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DA FURB

PÁGINAS 4 E 5

A VOLTA DA RDC DEPOIS DE DEZ ANOS

A RETOMADA DA REVISTA DE DIVULGAÇÃO CULTURAL, DA FURB, COM A EDIÇÃO NÚMERO 89, TRÁS À TONA MEMÓRIAS DE EX-EDITORES, COMO MARIA JOSÉ RIBEIRO (A TUCA), E JOSÉ ENDOENÇA MARTINS

PÁGINAS 8 E 9

100 VEZES SPITZKOPF

PROFESSOR APOSENTADO DA FURB LAURO BACCA CELEBRA CENTÉSIMA SUBIDA À MONTANHA COM UM GRUPO DE MAIS DE CEM ENTUSIASTAS

PÁGINAS 6 E 7



FRAGILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA

Nenhum ministro do governo da Rússia tinha sido preso nos últimos 25 anos. Assim, a prisão, no dia 15 de novembro, do ministro da Economia Alexei Ulyukayev, sob a acusação de receber um suborno de US\$ 2 milhões para intermediar a compra da estatal de petróleo Rosneft de uma outra empresa do mesmo setor, a Bashneft, é inédita nesse cenário. A operação foi monitorada durante um ano e teve o desfecho pelo Serviço Secreto Federal Russo, a FSB (antiga KGB).

Se é inédito por lá, aqui a coleção de figuras da política brasileira presos e investigados não para de crescer. Em um mês dois ex-governadores do Rio de Janeiro também foram presos e a expectativa da delação premiada da Odebrecht apavora a classe política e suas ligações, culminando com uma reação de defensiva na votação das 10 medidas contra corrupção, em sessão realizada na Câmara dos Deputados, no dia 30 último, quando incluíram a responsabilização de magistrados e membros do Ministério Público por abuso de poder - texto que não estava na proposta inicial deixando de fora - por outro lado - outros dispositivos como a tipificação do crime de enriquecimento ilícito e a decretação de perda, em favor da União, de bens de origem ilícita; o artigo que previa retribuição a pessoas que relatassem casos de corrupção; e a possibilidade de os órgãos públicos realizarem o teste de integridade com servidores públicos. Foi incluída a criminalização do caixa 2; a transformação em crime hediondo dos casos de corrupção que envolvem valores superiores a 10 mil salários mínimos e a punição a eleitor que negociar seu voto com candidato em troca de dinheiro ou outra vantagem. Para alguns analistas, os congressistas simplesmente triturraram e corromperam a proposta. Ao todo foram retirados

mais de 30 itens do relatório do Projeto de Lei (PL) 4.850/16.

Diferente da Rússia onde a corrupção é grande, mas oculta na classe política, o desastre brasileiro em que vivemos é uma rara conjunção de crise política estrutural e ruína econômica. O enfrentamento da primeira, que exige fazer avançar as instituições e responsabilizar quem tenha cometido crimes, dificulta enormemente lidar com a segunda. Dá para sustentar que a solução dos problemas econômicos é mais urgente, mas é importante frisar que ela não pode ocorrer em detrimento do avanço institucional. Mas o fato é que há novos atores e métodos no palco (o Ministério Público, a delação premiada, a internet, para ficar apenas em alguns) e os velhos representantes soam deslocados na cena contemporânea.

O governo Temer tem em seis meses já a sexta mudança de ministro. Tentando trazer confiança para a recuperação econômica que não acontecerá em 2016 e parece que pouco reagirá em 2017. A taxa de desemprego chegou a 11,8%, 2,9 pontos percentuais acima do nível observado no mesmo intervalo do ano passado, 8,9%. O avanço, assim como em setembro, só não foi maior porque a procura por emprego continua desacelerando. A força de trabalho variou 0,6%, metade da alta da população em ida-

de ativa, 1,2%, e três vezes menos do que o ritmo observado no primeiro semestre, 1,8%. Já há o indicativo de desaceleração de procura por vagas o que é um sinal de desemprego oculto por "desalento" e é a partir desse ponto que a impaciência da população aumenta exponencialmente e esse governo de transição tem cada vez menos tempo para resolver os problemas de ordem institucional e econômica e aproveitar esse capital político muito frágil que pensa possuir.



Diferente da Rússia onde a corrupção é grande, mas oculta na classe política, o desastre brasileiro em que vivemos é uma rara conjunção de crise política estrutural e ruína econômica

MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

O FURB Idiomas foi criado em 1974, como Laboratório de Línguas. Inicialmente utilizado para suporte do curso de Letras, nos idiomas inglês, francês e alemão, passou a cumprir as demandas do curso de Secretariado executivo Bilingue, além de atender a comunidade externa. Laboratório de Línguas. Destaque: Sala de comando, monitor em atividade. Data: década de 70. Acervo: Centro de Memória Universitária - Arquivo da FURB.



PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafera (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (CCT), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretor de Cultura e Cuidados com a Saúde:** João Luiz Gurgel Calvet da Silveira (CCS), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Morilo José Rigon Júnior (CCEN), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edemar Valério Mafera (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. Gráfica: Grafnorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista Responsável: Magali Moser - MTB/SC 02353 JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89030-903

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





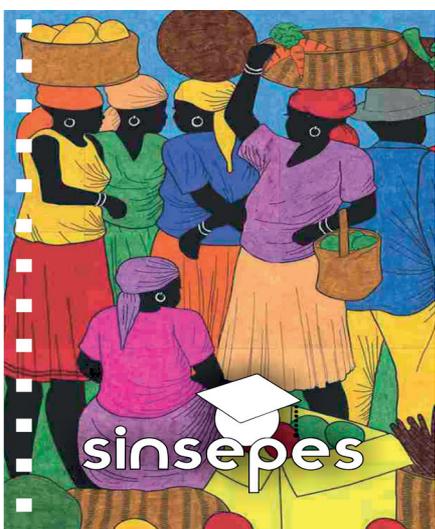
INTERNAS

PROFESSORES ESTREIAM NOVA COLUNA NO EXPRESSÃO

A próxima edição do Expressão Universitária promete consolidar o viés opinativo/expressivo do jornal, com a estreia da coluna **Triunvirato**, com a participação de três colunistas. A cada edição, um deles assinará a coluna. Os professores Leonardo Brandão, do Depto de História e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Karla Bento, da Educação, e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, das Ciências Sociais, vão se revezar a cada edição. Os três nomes buscam a representatividade da pluralidade presente na FURB. Assim, o novo espaço se compromete a ter um caráter democrático e plural. Além disso, pretende fortalecer o debate universitário.

SINSEPES DIVULGA AGENDA 2017

O Sindicato está finalizando os ajustes para a impressão da agenda 2017 SINSEPES, a ser distribuída gratuitamente a seus associados. A agenda é um brinde oferecido todos os anos aos filiados. Confira a capa da publicação que presta uma homenagem aos artistas haitianos. A obra é assinada pelo haitiano Orianie Saintriel, morador de Blumenau e artista autodidata, que busca valorizar os traços da cultura haitiana em suas pinceladas. Em breve divulgaremos mais informações sobre como retirar a sua! Acompanhe! O atendimento do



SINSEPES segue até o dia 20 de dezembro e será retomado dia 16 de janeiro, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h.

RDC VOLTA A MOBILIZAR CIRCUITO CULTURAL

A edição 90 da Revista de Divulgação Cultural (RDC) será lançada no primeiro semestre de 2017. O relançamento da RDC depois de 10 anos desativada, em 10 de novembro, mostrou a importância da publicação. O evento também comemorou os 30 anos da Editora da FURB. A RDC foi criada em 1977 e circulou durante 29 anos, até 2006. Na edição especial de retomada, o editor executivo, Maicon Tenfen, lembrou no editorial que "A RDC é política, embora não seja de esquerda, centro ou direita [...] É também didática, ainda que não possua fórmulas para resolver os problemas da humanidade". A solenidade contou ainda com depoimentos emocionados do professor Olivo Pedron, primeiro presidente do Conselho Editorial da RDC e das professoras Anamaria Kóvacks e Maria José Ribeiro (Tuca), que foi editora da revista por dez anos. A tiragem é de 1 mil exemplares. Mais detalhes nas páginas 8 e 9.



FOTO: LUIZ ANTONELLO

EDITAL DE EXTENSÃO PARA 2017 GERA IMPASSE

A FURB, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura, tornou público em novembro o edital destinado a apoiar os projetos de extensão universitária para o ano de 2017. O edital número 5, de 2016, apresenta mudanças que desagradaram professores extensionistas, que identificam um descumprimento do edital com relação à Resolução 24/2004. Professores e o SINSEPES organizaram um abaixo-assinado com mais de 80 assinaturas, oficializando o descontentamento. Este documento foi entregue a todos os membros do Conselho Universitário (CONSUNI) em reunião dia 24 de novembro (foto). Após uma conversa com a reitoria, dia 28 de novembro, foi agendada uma assembleia para discutir o tema dia 29 do mesmo mês.

O edital estabelece que podem ser proponentes os servidores docentes do quadro da Universidade, no efetivo exercício de suas atividades. Não poderão participar deste edital os servidores docentes temporários; os servidores inadimplentes com a PROPEX, tanto em atividades de pesquisa quanto de extensão, e os servidores em situação de afastamento parcial ou integral da Instituição. De acordo com o cronograma, o resultado final será divulgado dia 1 de fevereiro de 2017. Serão disponibilizados um total 132 bolsas de extensão para acadêmicos de graduação e de ensino médio, com valor mensal equivalente a 10 créditos financeiros, por um período de até 10 meses. A bolsa de extensão iniciará vigência considerando os períodos de 1 de março a 30 de junho e 1 de julho a 31 de dezembro de 2017. A renovação da bolsa de extensão entre os semestres estará condicionada ao cumprimento dos compromissos do proponente e do bolsista.

ELEIÇÃO DO DCE DEFINE NOVO MANDATO

Universidade para Todos, liderada pelo estudante de Direito Jan Ricardo Rycerz e tendo como vice Pablo Rhansan dos Santos Scharf, aluno de Biomedicina, venceu as eleições para o DCE da FURB. A eleição ocorreu dia 23 de novembro. A apuração manual começou por volta das 23h do mesmo dia e terminou às 8h50min do dia seguinte. Dos 1.682 votos válidos, a chapa 1 fez 857, contra 242 da chapa 2 e 583 da chapa 3. Ao todo, a FURB conta com cerca de 9,4 mil alunos de graduação e todos aqueles com a matrícula em dia tinham direito a voto. O resultado foi confirmado, após análise de pedidos de impugnação de candidaturas e recursos avaliados pela comissão eleitoral. Três chapas se inscreveram para concorrer à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) para o mandato 2016/2017. A chapa vitoriosa representa a situação e pretende manter as atividades desenvolvidas. O mandato inicia em dezembro e tem duração de um ano. "Buscamos compor a chapa com representantes de todos os campi, de várias partes da universidade, para ter um representante de cada lugar e conseguir ser a mais representativa nesse sentido. Nosso principal trabalho está voltado para a representação estudantil, a razão de ser do DCE", explica o vice Pablo, ao Expressão.

Entidade máxima de representação estudantil dentro da FURB, o DCE tem como algumas de suas atribuições apresentar sugestões para melhor aproveitamento dos acadêmicos e assegurar ao corpo discente meios para a realização de ações culturais, artísticas, cívicas e desportivas. Mais informações pelo telefone (47) 3321-0267.

CHAPA 1 – "Universidade Para Todos"
Presidente: Jan Ricardo Rycerz - Direito
Vice-presidente: Pablo Rhansan dos Santos Scharf - Biomedicina
Secretário: Giulio Fernando Rotermel da Silva - Administração
Segunda-Secretário: Maitê Brandes Lourenço - Ciências Contábeis
Tesoureiro: Bruno Soares - Engenharia Elétrica
Segunda-tesoureira: Marina Mondini da Silva - Engenharia Florestal
Diretora de Relações Públicas: Mirelly Helmbrecht - Marketing

"GAROTA, NÃO ERRE SEUS CAMINHOS"



FOTO: ARQUIVO

Reflexões sobre a presença feminina como marca distintiva nas indústrias têxteis de Blumenau entre 1958-1968

POR CRISTINA FERREIRA

Professora titular do Departamento de História e Geografia da FURB, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) <(cliocris@gmail.com)>

Uma das peculiaridades do conjunto da força de trabalho no segmento têxtil brasileiro era a presença maciça de mulheres no setor de produção. Em 1958, Blumenau congregava aproximadamente 66,6% do universo total de trabalhadores nos grandes estabelecimentos têxteis e, na separação por gênero, os homens correspondiam a 44,2% (2.300) e o trabalho feminino representava 55,8%, ou seja, por volta de 2.540 mulheres, dentre as quais 794 eram menores de idade (19,7%). As seções de tinturaria e de tecelagem eram predominantemente masculinas, enquanto a costura era composta na íntegra por mulheres e a fiação, dividida de modo igualitária por ambos. O que diferia era o turno de trabalho, com homens à noite e mulheres de dia.

Em muitos casos era praticamente inexistente a presença de mulheres com faixa etária entre 25 a 30 anos, baixa atribuída ao casamento. Os ideais femininos eram propagados constantemente às jovens: "Garota, não erre seus caminhos! O feminino é avidez de atenção [...] A juventude de valor é

autêntica, tem preocupações existenciais: de onde venho? Para onde vou? O que é amar? O que deve ser o casamento?"¹. Esses diálogos eram frequentes nos jornais de fábrica e apresentavam um cunho pedagógico, com declaração nítida do ponto de vista moral e ético, voltado às esferas do trabalho e da vida privada.

Ao completar 14 anos, as moças guardavam as bonecas, abandonavam os estudos e ingressavam no universo social do trabalho. A máquina de costura que antes divertia, tornava-se instrumento de trabalho e meio de sobrevivência. Claramente não havia um período de preparação que suavizasse a passagem entre essas duas fases da vida. De um dia para o outro, era necessário despir-se da criança para tornar-se uma adulta e trabalhar na fábrica. Nesse ambiente, as operárias tinham a obrigação de transferir para o trabalho todas as provas de sua educação moral e de seu comportamento exemplar.

O casamento deveria sintetizar a vida de todas as jovens, contudo, não bastava casar, era preciso manter o matrimônio e era corriqueira a presença de conselhos, advertências e lem-

bretes para tornar o casamento mais harmonioso e agradável, apresentados sob a forma de mandamentos, com regras voltadas exclusivamente para o tratamento do marido:

(1) Estar sempre bem humorada, na hora do marido chegar, ainda que tenha tido um dia de “morte”; (2) Proceder

de modo a que seu marido sintasse sempre como seu progenitor; (3) Não humilhar o marido em público, desmentindo-o diante da sogra, empregada ou de estranhos; (4) Saber reconhecer que errou; (5) Não reservar sua alegria apenas para as visitas e estranhos; (6) Não vasculhar seus bolsos e gavetas, à procura de um fio de cabelo louro; (7) Escutar as divertidas “histórias” que ele conta sobre a “turma” do seu ambiente de trabalho; (8) Não afirmar jamais, rejubilando-se: “Eu não disse?”; (9) Receber com espírito esportivo e cordialidade os amigos de seu marido, até os ruidosos e inoportunos; (10) Não ser ciumenta das amizades do marido, nem de suas relações de família.²

O bom humor, alegria, paciência, cordialidade, obediência, passividade, docilidade e submissão eram qualidades consideradas necessariamente inerentes às mulheres. Além de serem estimuladas no ambiente familiar, essas particularidades ganharam o interesse do meio indus-

trial, pois fomentavam aspectos de reciprocidade e boa convivência tanto dentro quanto fora da fábrica.

A maioria das mulheres, antes do casamento, encarava o trabalho assalariado como uma fase temporária e desejável em sua experiência de vida. Para as solteiras, o dinheiro poderia ser repartido entre a compra de objetos pessoais, o passeio com amigas ou a aquisição antecipada do enxoval que, gradualmente, aumentava até o dia do casamento. No caso de restrição a determinados produtos, elas antecipavam a compra da máquina de costura (considerada imprescindível para uma esposa), jogos de cama para serem bordados por elas próprias e outros utensílios necessários para os seus afazeres no lar. Todavia, nem todas tinham contato com o salário recebido e, dependendo do acordo realizado com o pai, normalmente o dinheiro se restringia somente às necessidades básicas da casa. Era comum “colocar na mesa”, ou seja, entregar aos pais o pagamento em um envelope, preferencialmente ainda fechado, sem qualquer noção sobre a quantia recebida. Isso também se aplicava a algumas esposas que, possivelmente, desconheciam o saldo total do mês de trabalho. Quando era feita a divisão, uma porção ficava para o pai, principalmente para acentuar seu caráter de “chefe de família” e, às vezes, a outra metade era destinada ao consumo próprio. Muitas trabalhadoras não julgavam que isso fosse importante e justificavam que a função do homem como gerenciador do lar era fator fundamental para a aceitação de que a remuneração masculina fosse maior que a feminina. E tal procedimento não era mera incorporação de mecanis-

mos disciplinadores, nem tampouco falta de clareza sobre seus direitos, mas, sim, uma reação que mostrava o conflito, sem necessariamente deixar de lado uma relativa paz com a cooperação entre homens e mulheres.

Todavia, as ações humanas não são passíveis de controle na íntegra e muitas atitudes destoavam do modelo disciplinador desejado e implementado nas relações de poder in-



Trabalhadoras da Indústria Artex S/A em atividades durante a visita do general Castello Branco (22/05/1965), primeiro presidente brasileiro após o Golpe Civil-Militar de 1964. (FOTÓGRAFO: HANS RAUN) – ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA – BLUMENAU (AHJFS)

trínsecas à fábrica. As mulheres operárias não eram vítimas do trabalho fabril, portanto, sua agência não se justificava apenas mediante o disciplinamento imposto pelos chefes de seção ou pelo patrão. Tampouco poderiam ser consideradas passivas ou rebeldes, porém ativas e aptas a burlar proibições com uma boa dose de criatividade, sem necessariamente criar conflitos declarados e abertos, preferindo lançar mão de recursos mais sutis na constituição de si perante a sociedade. Muitas operárias evitavam se posicionar contra as regras, porque os valores estavam acima de tudo e a educação e as boas maneiras eram uma forma de honrar e respeitar a família de origem. Mesmo diante de uma relação desigual de forças, as trabalhadoras se apropriavam de condutas exemplares a partir de experiências próprias e incessantes negociações, pautadas em um vasto campo de possibilidades históricas³.

¹ A MULHER e seus caminhos. Mensageiro Artex. Blumenau, set. 1966

² SILVA, Leonídia. As pequenas atenções femininas - Coluna feminina. O Radar Sulfabril. Blumenau, mar. 1966, p. 8.

³ Mais detalhes em FERREIRA, Cristina. Nas Malhas da História: sociabilidade e política no cotidiano dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958-1968). Campinas, UNICAMP, 2015 (Tese de doutorado em História).



Setor de costura da Indústria Têxtil Artex na década de 1960 (Fotógrafo: Hans Raun) ACERVO: ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA – BLUMENAU (AHJFS).

“

As mulheres operárias não eram vítimas do trabalho fabril, tampouco poderiam ser consideradas passivas ou rebeldes, afinal, eram ativas e aptas a burlar proibições com uma boa dose de criatividade, sem criar conflitos abertos, mas a partir de experiências próprias.

A CENTÉSIMA

Professor aposentado da FURB, biólogo Lauro Bacca comemora a centésima subida à montanha em atividade de

POR MAGALI MOSER

Jornalista <magali.moser@gmail.com>

O convite chegou por email. Numa mensagem informal, o biólogo, ambientalista e professor aposentado da FURB, Lauro Bacca convidava amigos e interessados a lhe acompanhar na sua centésima subida ao topo do Morro do Spitzkopf, no Distrito do Garcia. Na imagem de fundo do cartão, Bacca aparecia no alto da montanha, localizada a cerca de 15 quilômetros do Centro de Blumenau. Acima da foto, em letras de destaque, a justificativa do 'anfitrião': "Spitzkopf - o mais belo panorama do Vale do Itajaí, um dos meus grandes casos de amor à natureza, hoje inserido no Parque Nacional da Serra do Itajaí."

Confirmada a presença, um novo email enviado pelo ambientalista a cada um dos participantes orientava sobre a entrada num "santuário natural". Portanto, lembrava: "todas as formas de vida devem ser respeitadas, do sabiá à jararaca, além das plantas". Entre as orientações, um pedido: "Todos os restos, incluindo cascas de frutas, sementes de frutas, etc, devem ser trazidos de volta no mesmo saco plástico que as levou na ida". A inocente casca de fruta pode ser uma forma de acelerar a proliferação de fungos. Por isso, o alerta.

Os quase 50 anos de envolvimento com as questões ambientais tornaram Bacca, hoje com 65 anos, um dos nomes mais conhecidos no cenário estadual pela militância e defesa da preservação do meio ambiente. O ativista parece não se incomodar em ser visto como radical por alguns. Chegou a ser ameaçado de morte na luta pela viabilização do Parque Nacional. Na convivência com Bacca, sua paixão ilimitada pelo meio ambiente se revela de várias formas.

Vestindo uma camiseta branca com a estampa do Grupo de Caminhadas, da Associação Catarinense de Preservação da Natureza (ACAPRENA), uma bermuda clara e tênis, Bacca foi um dos primeiros a chegar à entrada do parque no dia marcado para a sua centésima subida ao Spitz. O tempo nublado, o friozinho típico do início da manhã, e a pausa de sábado, anterior ao feriado de 15 de novembro, não intimidaram o grupo a encarar o desafio acima de 900 metros de altitude. Antes das 8h, a concentração se formava à entrada do Parque.

O início da caminhada se deu após Bacca compartilhar alguns cálculos: subindo e descendo o Spitz, ele já percorreu 1,3 mil quilômetros e teria chegado a 70 quilômetros de altura se as subidas fossem emendadas uma na outra, num deslocamento vertical. A altura equivale a sete vezes mais que a média dos aviões a jato. "Na distância horizontal, daria para ir de Blumenau ao Rio de Janeiro!", celebrava.

Cada subida, no entanto, reserva uma nova descoberta ao ambientalista.

6 QUILOMETROS DE CONTATO COM A NATUREZA

A subida requer certa aptidão e condicionamento físico. Conso-me tempo (cerca de uma hora e meia) e muita energia. Bacca aconselha levar um lanchinho básico e frutas durante o trajeto. Mas o esforço é recompensado. Uma vez no topo, a atmosfera e a paisagem se impõem na imensidão verde. Mais de 100 pessoas participaram do feito dia 12 de novembro de 2016, tornando aquele um dia histórico não só para Bacca. Não há registro de tantas pessoas juntas na trilha de pouco mais de 6 quilômetros que leva à montanha. Para muitos, foi a primeira vez no local.

Entre familiares, amigos e simpatizantes, o mais jovem trilheiro foi o neto de Bacca, de apenas três anos - levado a maior parte do trajeto numa mochila nas costas do pai. Intercalou o colo da mãe e de voluntários ao longo do trajeto. O ex-prefeito Victor Sasse, de 79 anos, também se rendeu ao convite do amigo. Demonstrou fôlego e só precisou de ajuda na parte final da descida, quando as dores nas pernas dificultaram o retorno.

Wigold Schaffer, 57 anos, também testemunhou a centésima subida de Bacca ao Spitzkopf. O morador de Atalanta, no Alto Vale do Itajaí, chegou um dia antes a Blumenau para garantir a caminhada na manhã de sábado. O conselheiro e um dos fundadores da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI) é amigo de longa data de Bacca, há 30 anos. "Bacca é um detalhista. Explica nos detalhes o que é conservar a natureza. Desde observar um inseto a uma grande árvore. É uma enciclopédia de como preservar. Para mim foi mais uma aula de como recuperar e preservar a Mata Atlântica", disse ao Expressão Universitária.

Durante a subida, Schaffer colheu 20 entrevistas e aproveitou para gravar cenas sobre Bacca. Produzindo um pequeno audiovisual sobre a subida. Pretende disponibilizá-lo na internet em breve. Schaffer lembra que o processo de criação do Parque Nacional no Ministério do Meio Ambiente foi instaurado em cima das demandas criadas por Bacca e pela Acaprena, em torno da necessidade de se dar uma maior proteção ao espaço. "Em todas as etapas, desde os estudos de campo, a participação de Bacca foi super ativa e presente em

“

Eu fiquei fo porque des os últimos um papel c no chão. A multidão e consciente de tudo, u educação

Bacca compartilha curiosidades, aprendizados e vivências com o grupo que acompanhou sua centésima subida ao Spitzkopf
FOTOS: MAGALI MOSER



UMA SUBIDA

conscientização com mais de 100 pessoas, entre amigos, familiares e simpatizantes.



todos os momentos. Neste caso específico, a gente pediu inclusive para Bacca se afastar, procuramos convencê-lo a 'se segurar' um pouco, temendo repercussões inclusive de segurança para ele", recorda.

PARA QUEM GOSTA DE CONTEMPLAÇÃO DA NATUREZA

Bacca ficou dez anos sem subir o Spitz, entre 1980 e 1990, exceto para fazer aula prática com os alunos. Não lhe era agradável dar de cara com motos e carros no meio da floresta, cuja subida era permitida àquele período. É entusiasta das novas regras definidas pela direção do parque, transferida da família Schadrack a Ivan e Kolka, um casal búlgaro que comprou os 113 hectares em um leilão em 2011. Desde então, as regras de visitação são outras: o uso de churrasqueiras foi proibido, paga-se R\$ 10 para entrar e a visitação só pode ser feita nos fins de semana e feriados. Não é mais permitido acampar no local.

No dia da centésima subida de Bacca ao Spitz, os proprietários isentaram a cobrança dos amigos de Bacca. Apesar de a área pertencer ao Parque Nacional da Serra do Itajaí desde 2004, a União ainda não indenizou os donos dos terrenos. E cabe aos proprietários os cuidados do Parque Ecológico Spitzkopf, desde a permissão da entrada dos visitantes à manutenção do acesso. Para Bacca, a prova de que a nova gestão está dando certo é a quantidade de visitantes. Só este ano foram 8 mil visitantes. A maioria, amantes da natureza. "Unidade de conservação é para quem gosta de contemplação da natureza", defende.

"Bacca é uma referência. Eu diria que até nacionalmente. Toda essa luta que algumas lideranças ambientalistas vem travando teve desdobramentos interessantes como a própria lei da mata atlântica e a criação de várias unidades de conservação na região Sul. Ao longo desse processo a gente sempre contou com o apoio e a participação do Bacca. Sempre contamos com o apoio dele, como militante e técnico", comenta o biólogo e professor da UFSC do Departamento de Botânica, João de Deus Medeiros.

50 ANOS ATRÁS

No topo da montanha, Bacca fez explicações e esclarecimentos sobre espécies e experiências vividas no local. Relembrou a primeira subida ao Spitz, há 50 anos, em 1966, quando acampou no

parque junto com um grupo de colegas de turma. Nascia ali uma paixão renovada a cada uma das cem subidas.

O então estudante secundarista tinha 15 anos e integrava uma turma conduzida pelo professor Lothar Kriek, numa excursão ao parque. Ex-alunos e colegas do Clube de Ciências da escola naquele tempo também acompanharam a subida, em novembro. Na coluna semanal que assina no Jornal de Santa Catarina, em 17 de novembro, uma semana após a subida, Bacca contou: "Inspirado no amigo Theodoro Otto Max Loewski (1919-2003), que subiu o Morro Baú 107 vezes mesmo depois de safenado, resolvi comemorar minha centésima subida ao topo do morro Spitzkopf na data dos 50 anos da primeira subida".

"Essas subidas e excursões são sempre muito importantes porque há um momento de aprendizado muito grande, normalmente acaba sendo um momento de descontração e lazer mas também de conhecimento sobre meio ambiente. Do ponto de vista de educação ambiental não há nada mais efetivo", comentou Miriam Prochnow, 52 anos, do conselho consultivo da Apremavi, secretária executiva do Diálogo Florestal, iniciativa nacional que reúne organizações ambientalistas e empresas do setor florestal.

Ao final da aventura, um café foi servido preparado pela esposa Edela, sempre presente nas aventuras de Bacca, e a cunhada Júlia. O momento festivo foi comemorado com um bolo no formato de maquete real que imitava o relevo da região do Spitzkopf. O ambientalista não escondeu a emoção ao ganhar uma lembrança da ACAPRENA: um boneco em biscuit imitando o homenageado no topo do Spitzkopf cercado por verde, produzido por ex-alunas.

"Eu fiquei feliz porque descii entre os últimos e não vi um papel de bala no chão. Aquela multidão estava consciente. Foi antes de tudo, um ato de educação ambiental", comemorou, dias depois da subida.

A aventura terminou com a certeza de que a subida não será a primeira e nem a última para muitos dos que testemunharam o feito de Bacca.

Sobre o Spitzkopf

- Fica a 15 quilômetros do Centro de Blumenau, na Rua Bruno Schreiber, 3.777, no Progresso.
- O horário de visitação é aos sábados, domingos e feriados, das 7h às 18h.
- Adultos pagam R\$ 10, estudantes e crianças até 12 anos, R\$ 5 e crianças até 6 anos não pagam.

eliz
sci entre
e não vi
de bala
quela
stava
e. Foi, antes
m ato de
ambiental



A RETOMA

O relançamento da Revista de Divulgação Cultural (RDC) da FURB desperta memórias e

ATÉ O SUPOSTO FIM

POR MARIA JOSÉ RIBEIRO, A TUCA

Professora do Departamento de Letras da FURB, Editora da Linguagens – www.furb.br/linguagens, Doutora em Literatura pela UFSC
<mjr.tuca@gmail.com>

Era um ótimo entra e sai de professores, artistas plásticos, escritores, poetas, atores, músicos. A Revista de Divulgação Cultural tinha como casa a Divisão de Promoções Culturais da FURB. O espaço era dirigido por Noemi Kellermann e habitado por mais dois professores: a coordenadora do Festival de Teatro, na época Ruth Coelho Zendron e depois, Patrícia Borba, a Pita, e o coordenador da Revista, cargo então vago, após a saída de José Endoença Martins que estivera dez anos à frente do periódico.

Num final de manhã eu ia passando pelo andar térreo do Bloco A da FURB, quando nos cumprimentamos – Roberto e eu. E ele, Roberto Diniz Saut, Pró-Reitor de Extensão, disse algo como “– Tuca, eu escolhi você para coordenar a Revista de Divulgação Cultural.” Susto e sorrisos não faltaram. Não lembro como, nem quando eu disse “sim”. Mas lembro de como estavam as coisas na Revista, quando cheguei à DPC – e de como fui bem acolhida

naquele espaço mágico, cada vez mais especial pra mim, pelos olhos da lembrança de uma época. A equipe da DPC já havia montado uma espécie de número de transição, no período de troca do editor, o que me deu algum tempo para saber mais sobre todo o processo, enfim, para “respirar” um pouco antes do meu primeiro número. Na época em que assumi a editoria, a Revista já era respeitada e conhecida interna e externamente. E também já se referia ao imaginário de toda a Universidade, sendo marcada pela diversidade temática como o editorial do primeiro número já anunciava, embora estivesse aberta à publicação de números temáticos, eventualmente.

Eu era a professora de Teoria Literária do Curso de Letras, a professora de Redação de muitos cursos, uma das novas parceiras do Prof. José Endoença no Grupo de Pesquisa do CNPq que ele coordenava e admiradora do escritor, desde os tempos do grupo Poetas de Varal, das

nossas tardes de sábado na Universidade. Ocupar o cargo que havia sido do Endoença era algo que eu nem tinha chegado a imaginar! Mas como eu não sabia exatamente, ou profundamente, o que era ser editor de um periódico, aceitei o convite com a coragem dos trinta e poucos anos. Hoje sei, cada vez mais, sempre em meio a desafios e surpresas, o que é ser editora. Após o término da RDC, em 2006, a FURB lançou seus três primeiros periódicos científicos *on line*, em 2007: Atos de Pesquisa em Educação, Linguagens: revista de Letras, Artes e Comunicação e Revista Jurídica. Éramos três professores editores – Gilson Pereira, do Mestrado em Educação, Nelson Nones, do Direito e eu, de Letras – “enlouquecendo” o pessoal da Coordenadoria de Comunicação e Marketing, mais especificamente, a Alice Taufer, montando as revistas aos poucos, numa época em que faltava informação a respeito. A plataforma SEER era pouco conhecida e a FURB foi uma das primeiras instituições no país a utilizar esse sistema de acesso aberto, o *Open Journal System*, adaptado pelo IBICT. No próximo ano, 2017, o Portal de Periódicos da FURB fará 10 anos - e me assusto ao pensar nessa caminhada, sempre tão intensa, como editora de periódicos. Após o convite do Prof. Saut e dos anos de trabalho na RDC, já estou há quase mais uma década como editora de outro periódico: a *Revista Linguagens* (www.furb.br/linguagens).

A RDC nasceu no Departamento de Letras, pelo esforço e ousadia do Prof. Olivo Pedron, então mestrando de Literatura da UFSC. Teve poucos – e apaixonados – editores, se considerarmos seus 28 anos de publicações, sendo uma das revistas mais longevas de todo o país. Surgiu com o nome ABERTURA, em 1977, o

que na época parecia prometer complicações políticas, e logo assumiu um título que falava de sua função na Instituição: Revista de Divulgação Cultural da FURB. Esse nome enorme foi algo que quis alterar, de alguma maneira e, bem mais tarde, quando fizemos uma mudança de layout, surgiu a sigla RDC na capa e na ficha catalográfica da Revista. Houve muitas críticas, na época, e eu estava apenas começando a descobrir a verdade da frase que digo, brincando, até hoje: “o editor é sempre o culpado”. Na verdade, o editor assume responsabilidades maiores do que imagina, a cada passo.

Antes do momento de grandes mudanças na RDC, veio o passo a passo, os novos contatos, a retomada de antigos colaboradores, toda uma caminhada de publicação de ótimos trabalhos, o prazer de ter em mãos cada número da revista, de preparar miolo, capa, escolher as cores e as imagens em parceria com as agências licitadas - trabalhei com TAG, 909 e METRA - o trâmite das licitações, o contato com empresas de fotolitagem, o aprendizado sobre o trabalho das gráficas, sobre as possibilidades e limitações de todos os envolvidos nas várias etapas de criação de uma revista.

A RDC comemorou seus 25 anos em 2003 com um número temático sobre Literatura Portuguesa, envolvendo pesquisadores da UFSC e da FURB, tendo o Nobel de Literatura na capa: José Saramago. Houve uma bela comemoração de bodas de prata na FURB, no dia 11/11/2003 e a Revista teve espaço para lançamento também na UFSC.

Com o novo projeto gráfico, criado por Andreas Peter, foi instituído o Conselho editorial da RDC. Teve início também, nessa fase, a série *talentos catarinenses*, com o objetivo de divulgar o trabalho de pesquisadores e escritores locais. Assim, a RDC número 82, de abril de 2004, trouxe na capa Donald Schuler, mitólogo - tradutor do *Finnegans Wake*, de Joyce e da *Odisseia*, de Homero, nascido em Videira (SC). Pensei que essa série seria longa, mas os catarinenses homenageados pela RDC pelo conjunto de sua obra foram, além de Schuler, os escritores e críticos literários Salma Ferraz, Maicon Tenfen, Urda Alice Krueger, Enéas Athanázio, Godofredo de Oliveira Neto e José Endoença Martins, até o número 88, último exemplar publicado. A RDC divulgava obras lançadas pela Edifurb e por muitas outras editoras universitárias, que cada vez mais nos enviavam exemplares para divulgação no **RDCRUMORDEREDAÇÃO**. O homenageado era entrevistado no **RDCENTREVISTA**, ou nos cedia um trabalho inédito, que era publicado no **RDCFICÇÃO**. O **RDCARTIGOS** abrigava as publicações científicas. Obras de importantes artistas plásticos eram divulgadas na **RDCGALERIA**. E encerrando cada exemplar, o **RDCGENTE** trazia os dados dos participantes de cada número. A Revista era enviada para 217 instituições e se relacionava com mais de quinze países, além de ter uma mala enorme de variados contatos, leitores, autores e colaboradores. Para as universidades, o envio era feito pela Biblioteca Central da FURB, num trabalho de permuta. O periódico era forte, com fila de espera de artigos e obras de artistas a serem divulgadas quando sua caminhada foi interrompida, em 2006, com vistas à proposta de criação de um universo *on line* de publicações. Como o editor é sempre o “culpado”, tive que me entender com muita gente com o término da RDC. Não foi nada fácil. Terminar não é fácil. Foi como parar um trem. Um trem cheio de gente. Fiquei respondendo aos colaboradores pelo término da Revista por mais de três anos. Tempos depois, ainda recebi um presente da Universidade da Amazônia, UNAMA, um dos antigos contatos: um pôster enorme da Nossa Senhora do Círio de Nazaré.

Para minha surpresa e alegria, por proposta e desafio feitos pela gestão atual da FURB, a RDC ressurgiu em 2016. O editor é o homenageado da antiga RDC número 84, de 2004: o escritor Maicon Tenfen. Agora estou à frente de um trem que flutua na *web*, a Linguagens. E sigo feliz, participando desse momento inicial e dos futuros voos da nova RDC como um dos autores e como conselheira da Revista.

“

A RDC nasceu no Departamento de Letras, pelo esforço e ousadia do Prof. Olivo Pedron, então mestrando de Literatura da UFSC. Teve poucos – e apaixonados – editores, se considerarmos seus 28 anos de publicações, sendo uma das revistas mais longevas de todo o país.

DADA RDC

lembranças dos seus ex-editores, que reforçam o time de entusiastas da publicação bianual.

LONGA VIDA PARA RDC

POR JOSÉ ENDOENÇA MARTINS

Escritor de poema, teatro, ensaio e romance; Professor de Literatura Afrodescendente no Programa de Mestrado em Práticas Transculturais na UNIFACVEST, Lages, SC. <endoenca@yahoo.com>

Ter interrompido a versão impressa da RDC, em 2007, foi erro. Ter retomado a impressão da RDC em 2016 é acerto. Okay, até agora, empate técnico: um erro, um acerto.

Se minha coordenação da revista, entre os anos da década de 1990, foi erro ou acerto é o que este artigo pretende esclarecer.

Antes, um pouco de história.

RDC nasce no calor dos anos mais duros da ditadura militar. 1977, com o nome politicamente provocativo de Abertura, é o ano do nascimento. Depois de cinco números, passa a chamar-se Revista de Divulgação Cultural, em 1978. Porém, nos decênios 70,80 e 90, nunca nos referíamos a ela como RDC. RDC é denominação do século 21. Desde 1977, sob as várias denominações, a revista alcançou 89 números, em 39 anos de resiliente existência. Fato interessante acontece com o número 89. Concebido, mas não gestado, o 89 é abortado pela morte intempestiva da publicação em 2007. E ressuscita, agora, com a nova fase da RDC que, na mensagem editorial de Maicon Tefen, “pretende ser uma revista jornalístico-reflexiva”, em tamanho no qual cabem mais de duas revistas Abertura.

Desde o berço, a revista cultural da FURB é oriunda do curso de Letras, e coordenada, sob os vários títulos, por professores do curso. A coordenação da publicação nas mãos de professores do curso parece uma cláusula pétrea, “imexível”. Nas cinco décadas de existência, passa pela batuta, pela mente, carisma e criatividade de Luís Carlos Schmitz, Dário Deschamps, Olivo Pedon, Anamaria Kovács, Maria José Ribeiro e Maicon Tefen.

Nos anos 1990, a revista abandona o formato pequeno que mostrava sob as denominações de Abertura e Revista de Divulgação Cultural. Assume o tamanho grande que detém até seu desaparecimento, em 2007. Além disso, despede-se da cor branca da Abertura e a azul da Revista de Divulgação Cultural para cobrir-se com cores diferentes, variando a cada novo número. O atual número 89, sob Maicon Tefen, leva o tamanho, a diagramação e cores a níveis inusitados em todos os sentidos. Sob o novo “lay-out” ou “design”, surge exuberante e legível, mas não cabe na bolsa dos acadêmicos da universidade.

Entre as décadas de 1970 e 1980, meus textos encontram boa acolhida nas várias edições da revista, mutante entre o branco e o azul. Por exemplo, em 1978, publico nas páginas de Abertura o conto Praça de Cão e Padre. Mais tarde, em 1980, uma antologia com poetas blumenauenses, coordenada pela poeta Maria Eulália Radtke, se transforma no conteúdo da revista azul. Nela, se encontram estampados três poemas da minha lavra: O Rio, O Galo e Fêmea. Um ano depois, 1981, meu ensaio On the Language Acquisition faz parte do conteúdo da Revista de Divulgação Cultural em seu formato pequeno, caracterizado pela capa azul. O texto parece apresentar qualidade. O título, porém, não é bom inglês. On Language Acquisition seria preferível.

Coincidência ou não, o último número da RDC (88), antes da prematura morte em 2007, é dedicado a mim. Não ao professor, mas ao escritor José Endoença Martins. Às vezes, volto àquele número e releio a entrevista com a professora Maria José Ribeiro (Tuca) e me detenho no artigo da professora Luciana Fidelis sobre o romance *Enquanto Isso em Dom Casmurro*, que eu havia escrito em 1993, e que ela havia decidido tornar assunto da sua dissertação de mestrado na UFSC.

Mais do que resultado da engenharia administrativa do então Reitor, a morte da revista naquele fatídico ano da graça de 2007 deve ter sido causada pelo meu dedo podre. Explico: só pode ter sido uma conspiração astral. A combinação do número 88 com o meu nome (Endoenças) deve ter sido a senha de acesso: morte à RDC.

Por outro lado, a RDC que, ressurgiu agora, de maneira festiva, dez anos mais tarde, resulta da sensibilidade gestora do atual Reitor e da capacidade editorial do escritor Maicon Tefen. O número nascente publica um artigo de minha autoria. Trata-se de Negri-

te, Negritude, Negritice: Uma Tríade Conceitual que nos Ajuda a Compreender a Importância da Literatura Afrodescendente. Para além da sua qualidade, ou ausência de, tudo isso, minha associação à revista, me parece um pouco escatológico: estou lá no fim e aqui na ressurreição da publicação. Na altura desta minha trajetória literária, estar no Omega e no Alfa da RDC me causa calafrios.

Meu nome é Endoença e seus augúrios ou presságios me aconselham a ter cuidados, literários e outros.

Nas décadas de 1990 e 2000, a revista esteve lotada na Divisão de Promoções Culturais, setor dirigido por Terezinha Heimann e Noemi Kellermann, professoras ligadas ao curso de Artes da FURB. Na Divisão, permaneço coordenador da revista, entre os anos 1990 e 1999. A coordenação (compartilhada em alguns números com a professora Ornella Inês Pezzini; revisão do professor Olivo Pedron) coincide com um momento muito produtivo na minha vida acadêmica. Coordenador da revista, professor de Inglês e de Literatura de Língua Inglesa no curso de Letras e pesquisador nas áreas de Literatura Blumenauense e Literatura Afro-Americana, trago para as páginas da revista algumas daquelas discussões que alimentavam o meu espírito acadêmico.

Cito apenas dois artigos que, publicados, dão uma imagem dos anseios de estudioso que me alimentavam. Voltado para a Literatura Blumenauense, o artigo Palavra Plástica, em co-autoria com o professor Roberto Caresia, aparece no número 67, em 1999. Nele se consolidam uma abordagem da literatura local a partir de dois conceitos: Blumenalva e Nauemblu. Direcionado a Literatura Afro-Americana, o artigo Black Femininity and its Construction in Toni Morrison Novels, publicado na edição número 66, em 1998, se transforma em espaço especial para os passos iniciais do conceito Negritice e suas relações com gênero e raça na literatura negra.

Além dos meus, pesquisadores da FURB e de universidades brasileiras e internacionais continuam encontrando espaço hospitaleiro nas páginas da revista sob minha coordenação. Inicie, também, duas seções que sempre me entusiasmam quando folheio as edições dos anos 1990. São Under Cover of the Night, com a publicação das fotos dos eventos culturais realizados no hall de entrada da FURB, no bloco A. Rumor de Redação apresenta pequena resenha de livros publicados por autores que nos enviassem as obras

Os conceitos Blumenalva e Nauemblu para examinar criticamente a Literatura de Blumenau e Negritice com a finalidade de conta da Literatura Afrodescendente vão se tornando hegemônicos nos meus textos acadêmicos. Servem igualmente de arcabouço teórico para o exame de meus contatos reais com o mundo branco, acadêmico ou outro. Um negro não deveria lidar com a branquidade sem o suporte de uma teoria.

Para finalizar essas reminiscências sobre a RDC creio que posso afirmar que a década de 1990 termina com a minha entrada no programa de doutorado em literatura de língua inglesa e a escrita de uma tese que, hoje, vejo com premonitória: *A Politics of Conversion: Nihilism and Love in Toni Morrison's Fiction*. Isto é, a literatura negra como conversão política que se insinua naquele decênio alcança alguma perenidade na segunda década do século 21 como pode atestar o artigo publicado neste número 89 da RDC que Maicon Tefen coloca à nossa leitura e apreciação.

“

Coincidência ou não, o último número da RDC (88), antes da prematura morte em 2007, é dedicado a mim. Não ao professor, mas ao escritor José Endoença Martins. Às vezes, volto àquele número e releio a entrevista com a professora Maria José Ribeiro (Tuca)[...]

RELIGIÃO E PODER

Sociólogo e professor da FURB, Josué de Souza, lança livro sobre relações entre política e religião no âmbito regional. O pesquisador revela algumas de suas descobertas da pesquisa que foi tema de sua dissertação de mestrado

Em Santa Catarina, 20% da população são evangélicos declarados. Destes, 12% pentecostais. O avanço das igrejas evangélicas na política partidária se dá em função da crise dos partidos políticos e da esquerda. A avaliação é do sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da FURB, Josué de Souza. Ele lembra que, neste contexto, quem mais representa os pobres são as igrejas. As relações entre política e religião foram tema da pesquisa de dois anos do professor, transformada no livro “Relações entre política e religião no Brasil: Uma leitura a partir de um movimento pentecostal”. O trabalho foi publicado pela Edifurb com lançamento dia 1 de dezembro, no

auditório da biblioteca.

Graduado em Ciências Sociais na FURB em 2009, a pesquisa foi defendida como dissertação de mestrado do então aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), em 2013. A ideia do trabalho surgiu ainda durante a graduação. Foi sugerida pela professora Vera Herweg, orientadora de iniciação científica de Souza.

“Há muito preconceito com o estudo do tema na academia. Embora o estudo esteja consolidado em uma das grandes áreas da Sociologia. Fiz uma abordagem crítica, com a intenção de compreender o fenômeno”, adianta,

Expressão Universitária - Na sua dissertação você declara que talvez a pesquisa tenha iniciado em 1959, quando a sra. Generosa de Souza, sua avó paterna, foi batizada em uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus, em Ilhota/SC. O interesse em estudar as relações entre política e religião no estado nasce a partir daí?

Josué - Nas Ciências Sociais, na academia em geral, o nossos projetos de pesquisa têm muita relação com nossas vidas, não dá pra separar isso. Começa sim, eu acho que facilita a minha visão. Sou um pesquisador que passou por um processo de socialização dentro da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, acho que um pouco do que sou devo a esse processo. Mas uma coisa que quando eu defendi a minha dissertação foi elogiada, foi a capacidade de distanciamento que eu tive. Durante o texto apresentado, tem duas vezes só, que por questão de homenagem e honestidade com o leitor, eu cito isso. Naquela época eu escrevia para o jornal da igreja, eu citei numa nota de rodapé que eu também fazia parte do jornal, que tinha uma coluna. Eu achei que seria honesto com o leitor, eu dizer que quando se discutia política na igreja eu também, às vezes, dava um pitaco, apesar de que eu nunca utilizei esse mecanismo eleitoral. Mas na banca ficou ressaltada a capacidade que eu tive de distanciamento. A Igreja Evangélica no Brasil presta um serviço enorme na distribuição de literatura, no processo de alfabetização dos mais pobres. Os pentecostais do Brasil são os mais pobres, são os trabalhadores deste país. Neste momento, está passando por um processo de transformação enorme dentro da instituição e da religião em geral, no sentido da educação, no sentido da busca do processo de formação acadêmica, e eu sou fruto disso aí. Mas durante toda a minha pesquisa, o exercício que eu sempre busco, até por um princípio teórico, é tentar fazer um afastamento o máximo possível do objeto de pesquisa, que eu escolhi para construir minha carreira, para tentar compreender esse fenômeno. A esfera política e religiosa altera com certeza o processo cultural brasileiro, o processo de construção da modernidade brasileira eu acho que sofre muito com o carimbo da cultura pentecostal.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Expressão - E como a sua pesquisa nos ajuda a compreender o fenômeno na região, sobretudo?

Josué - A minha pesquisa é inovadora, porque das buscas que a gente fez no processo, não achamos nenhuma que analisa o estado de Santa Catarina. Quando se tem um dado científico ou algum tratamento científico do tema, resume-se a resultado eleitoral e não na tentativa de entender a influência dos pentecostais na política catarinense. É isso que eu busco para apresentar. A pesquisa partiu de duas perguntas básicas: como que se legitima o poder político religioso? E depois de conquistado o poder religioso, qual seria a atuação dos pentecostais em Santa Catarina? Ela tenta trabalhar com os dois mitos. E por que a bancada religiosa tem tanta força, e sobretudo em Santa Catarina. Aqui em Blumenau, novamente temos no resultado eleitoral, o vereador mais votado sendo pentecostal, o vice prefeito não é assembleiano, mas é ligado à igreja evangélica em Blumenau, e notadamente se identifica como evangélico, não é pentecostal, mas é evangélico. A gente tem dois vereadores na Câmara, agora, que são oriundos da Assembleia de Deus.

Expressão - Notamos o crescimento da bancada religiosa, não só na região...

Josué - Sim! Ela cresceu no Brasil inteiro, na verdade os pentecostais já estão na política desde os anos 1930. Mas eles começam a se organizar, enquanto bancada, na Constituição de 1988. Foi a primeira vez que se organizaram, tinham bandeiras específicas, e se articularam dentro do Congresso Nacional. No parlamento catarinense também tem representantes desde a Constituição de 1988, sempre teve representantes.

Expressão - E ao que se deve esse crescimento da bancada religiosa?

Josué - O fenômeno tem várias características. Primeiro eu acho que é um direito dos pentecostais terem representantes, eu acho de certa forma positivo. Agora, está muito ligado à crise nos partidos políticos e à crise nos movimentos sociais, nos movimentos sociais tradicionais, e ao crescimento das igrejas evangélicas. As pessoas passam mais tempo na igreja, no que em partido político ou grupo social. Logo, quando elas vão escolher seus representantes, vai ser da onde? Dos espaços onde elas socializam. Agora, os evangélicos não iniciam, os pentecostais, não iniciam a confusão entre religião e política no Brasil. Sempre teve. O primeiro ato dos colonizadores aqui, foi uma missa e o estado brasileiro se constituiu em torno da organização da Igreja Católica. Eu gosto da tese do professor Antônio Flávio Pierucci, que defendia que a participação dos pentecostais na política seria positiva para transformar o estado brasileiro em um estado laico, que quando os pentecostais começam a se organizar politicamente, eles começam a disputar espaço dentro do estado brasileiro com a bancada católica. Começam, e forçam, outros grupos religiosos a se organizarem politicamente ou grupos laicos também, a se organizarem politicamente, e disputar este espaço aonde na modernidade se constitui espaço político, no Parlamento. Nesse sentido, é extremamente positivo, e me parece que Pierucci tinha razão. Na última eleição, a Federação Catarinense de Umbanda, por exemplo, tinha uma campanha “O povo do terreiro vota no terreiro”. Ou seja, começa também a se organizar na tentativa de lançar candidatos para disputar o espaço político, na esfera do parlamento. É claro que o fundamentalismo religioso é outra coisa, e aí é parte do movimento dos pentecostais de entrar na esfera pública, a mobilização a partir de princípios fundamentalistas e isso é um risco enorme para o estado brasileiro.

Expressão - Quais as implicações negativas destes processos? Quais os riscos a que estamos submetidos em decorrência desta mobilização?

Josué - O que a minha pesquisa mostra é que o ativismo político religioso dos pentecostais tem dois movimentos, um é a nível nacional, se a gente olhar o Congresso Nacional, e aí está ligado a questões de direitos humanos, sobretudo um duelo com a bancada LGBT e de direitos humanos em geral. E a bandeira anti-casamento de pessoas do mesmo sexo, contra políticas relacionadas ao aborto, ou política de direitos humanos em geral. E tem outra que é uma política regional e local, que está muito mais ligada a questões práticas, por exemplo, a liberação de alvará para a igreja, ao impedimento de legislação contra o barulho da igreja ou que o ritual religioso produz, que também é um problema sério: a confusão pública e privada. Uma outra coisa é o risco dos pentecostais instrumentalizarem a política a fim de um interesse religioso. É claro que no estado moderno, isto não é interessante. Isso não é uma invenção dos pentecostais, a confusão entre o público e o privado é característico na sociedade brasileira em geral. Há a capacidade na sociedade civil, dos movimentos sociais, reagirem. Agora é claro, esses grupos precisam se organizar, grupos laicos e outros grupos religiosos, precisam se organizar para disputar na política o espaço com esse povo.

Expressão - Você consegue identificar uma pauta específica desse movimento na região? Há interesses específicos?

Josué - Não, não tem. O que me chamou a atenção é que me parece que os pentecostais não sabem o poder político que têm. Os pentecostais passam a se organizar politicamente desde o governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha prometido aos pentecostais que não iria taxar as igrejas de impostos, e aí, com a reforma do Código Civil, tinha um movimento de taxar as igrejas com impostos. E os assembleianos do Brasil se sentiram traídos, porque deram apoio político ao Fernando Henrique e ele não cumpriu com o acordo. E eles constituíram um conselho político, nacional e estadualmente e esse conselho, composto por pastores e representantes de candidatos pentecostais, escolhe os candidatos apoiados pela igreja. E eu entrevistei os membros do Conselho Político Estadual, a liderança da convenção estadual, ou seja, a liderança da igreja estadual e os vereadores e deputados em Santa Catarina. Eles não têm um projeto político, o que eles têm é muito mais um projeto anti qualquer coisa a sua crença, anti-casamento de pessoas do mesmo sexo, anti-

NAS ELEIÇÕES

onal. Nesta entrevista exclusiva ao Expressão Universitária,

ao lembrar que a pesquisa foi elogiada pela banca de avaliação do mestrado pela capacidade de isenção.

Como membro da Igreja Assembleia de Deus, o sociólogo acredita ter acesso facilitado às informações. Mas alerta: “não me considero alguém que faça um pesquisa de dentro. Eu não quero que minha identidade religiosa seja mais forte, eu sou só um cientista social que busca compreender o fenômeno”.

No cenário político contemporâneo, as ligações entre políticos e evangélicos se fortalece. Em Blumenau, a chamada “Bancada da Bíblia” reúne

-aborto, do que um projeto político de constituir, por exemplo, uma legislação que segue o princípio religioso. É claro que é um problema se a gente for pensar no avanço de políticas de efetivação de direitos humanos. Agora os evangélicos estão efetivamente na política brasileira nos últimos 20 anos. E nos outros 480, por que que os direitos humanos não avançaram? Mas não tem claro, pelo menos a minha pesquisa mostra, que não tem claro um projeto político em torno disso. Por outro lado, um dado que me chamou a atenção, um dado curioso é que praticamente todos os entrevistados são contra as políticas de transferência de renda, criticaram as políticas de transferência de renda, e se a gente for pegar os dados do censo do IBGE, os religiosos pentecostais são os mais pobres deste país, ou seja, é contraditório a representação política dos pentecostais. Com certeza, os pentecostais estão dentro daqueles que recebem as políticas de transferência de renda, mas eles não conseguem traduzir isso em uma bandeira política. Eles são contra isso.

Expressão - Agora, no contexto nacional, partindo do que aconteceu esse ano, nacionalmente, com o impeachment da presidente Dilma, qual a sua avaliação sobre o protagonismo da bancada religiosa neste processo?

Josué - Com certeza, os pentecostais não foram os que carregaram o processo de impeachment da Dilma, mas eles deram um empurrãozinho. Primeiro, a Dilma também chega ao poder com apoio dos pentecostais. A Dilma foi apoiada pelo Eduardo Cunha, que fazia campanha para Dilma. O Malafaia fez campanha para o Lula no primeiro governo Lula. Aos poucos, por conta das políticas, sobretudo de gênero do PT, quando ele se coloca no poder, a bancada religiosa pentecostal começa a se afastar do governo Dilma, e passa a fazer um discurso contra a Dilma muito ligado às questões de gênero. E aí quando ela chega ao poder, no segundo mandato, se divide: uma parte apoia Dilma e uma parte fica com Aécio. E entra o processo de degradação do poder da Dilma, a bancada religiosa se afasta completamente e começa a articular o pedido pelo impeachment. O Crivella era ministro, e estava na base de apoio da Dilma, e agora está na base de apoio do Michel Temer. O Edir Macedo apoia a Dilma, até quase ela cair. Na Assembleia de Deus, também, nacionalmente, o presidente nacional sempre apoiou e esteve ligado historicamente ao PSDB e à oposição. Os políticos pentecostais estão na esquerda e na direita. Não é legitimidade de nenhum partido político a bancada religiosa, não se constitui um partido político, e isso fica difícil de compreender. Apesar de que tem partidos, por exemplo, a Universal, eu não estudo a Universal, mas ela tem o PRP, que é controlado por ela. A Assembleia de Deus não tem partido político, e o conselho político não é controlado por partidos políticos, ele é controlado por pastores que indicam e orientam, seus eleitores a partir do voto, inclusive de candidatos que não são pentecostais. O governador de Santa Catarina sempre é chancelado pelo conselho político para receber votos pelos pentecostais.

Expressão - A sua pesquisa chegou a mostrar como os fiéis vêem essa relação?

Josué - Não. Agora tem alguns fenômenos interessantes que a gente começa a perceber. Não dá pra dizer que é tão automática a transferência de voto, e eu não conheço pesquisa que mostra isso. Tem movimento contrário interno surgindo, tem muito pentecostal torcendo o nariz neste momento, dizendo “opa, não dá pra misturar política com religião”. Tem muito pentecostal que não vota em candidato pentecostal, ou candidato que mistura política com religião. Tem um grupo de teólogos e pensadores pentecostais que desde sempre chamou a atenção pra isso, que não é por aí o caminho, que é perigoso misturar, que é perigoso para a religião. Aliás, a construção de uma bancada religiosa não necessariamente mostra a força política deste grupo, agora não mostra a força religiosa, mostra a fraqueza religiosa deste grupo.

Expressão: Por que você não vê esta relação?

Josué - Se as pessoas de fato levassem em consideração o que a religião fala, não precisariam fazer uma lei para respeitarem os princípios religiosos. Só mostra a fraqueza da religião, ou seja, eles es-

nomes como: O deputado estadual Ismael dos Santos (PSD), o presidente da Câmara de Vereadores, Mário Hildebrandt (PSB), os vereadores eleitos para nova legislatura, Marcos da Rosa (DEM) e Jovino Cardoso (PSD), além do secretário executivo da ADR, Emerson Antunes (PSC). O professor Josué acredita ser legítimo o direito dos evangélicos serem representados politicamente. Defende que é preocupante quando esses políticos passam a governar baseados em princípios religiosos ou voltados unicamente para atender aos interesses de suas igrejas.

tão se enfraquecendo socialmente enquanto discurso ou, pelo fato do crescimento, estão ficando mais parecidos com a sociedade. O que antes era é uma religião de negação do mundo que se transforma em uma religião de afirmação do mundo e aí a partir disto eles precisam construir uma legislação para fazer com que as pessoas, inclusive os fiéis, sigam os preceitos religiosos, talvez aí que esteja o fundamentalismo religioso, porque só o discurso religioso não dá mais conta. Por outro lado, também, internamente, a partir do momento que se procura mecanismos políticos, há um processo de racionalização das religiões e o processo de enfraquecimento das religiões a longo prazo.

Expressão – E partindo para os resultados obtidos com a pesquisa...

Josué - Do plano de vista do poder político, o capital religioso é transformado em capital político. Quando a pessoa vota, ela não está votando no político, ela está votando no religioso, por isso a necessidade de um conselho para legitimar. A presença dos políticos nos cultos religiosos, com a bíblia na mão, fazendo discurso muito parecido com um discurso religioso, para que se identifique como um membro de dentro do grupo. A pesquisa mostrou que, se por um lado é negativa a presença ou a motivação religiosa na disputa política, por outro lado, pelo que me parece, em Santa Catarina a gente não corre o risco de um estado religioso fundamentalista tomando conta do estado, porque eles não têm projetos de apropriação do estado. A minha pesquisa não mostra isso, a apropriação do estado para fins religiosos. Tem uma parte da população tentando, a partir dos parlamentos municipais e estaduais defender seus princípios religiosos. O movimento é muito mais defensivo do que propositivo.

Expressão - É cedo para a gente avaliar os possíveis impactos do crescimento da bancada religiosa no Brasil?

Josué - Não, não. Aliás, uma pesquisa que eu não fiz e que gostaria de fazer, é verificar que de fato, por exemplo, a gente teve o período Cunha na Câmara dos Deputados, que foi claramente motivada, durante o período, em instituir na pauta legislações conservadoras. Agora isso não se efetiva na prática. Isso dá uma pesquisa, pegar todas as legislações colocadas, a criminalização de movimentos sociais, a questão de gênero, aborto, toda essa pauta, o que de fato se efetivou. Eu tenho a impressão que não se efetivou nada, é muito mais um barulho do que efetivação. A bancada religiosa precisa sempre de uma bandeira de demônio instaurado no parlamento para se legitimar como poder. É disso que eles se alimentam.

Expressão - Sua pesquisa abre caminho para que outras pesquisas sobre o assunto surjam na região, qual é a sua percepção sobre isso?

Josué - Pesquisar sobre os pentecostais virou moda nos últimos anos. Quando eu cheguei na FURB, lá como estudante, as pessoas quase que caçoavam. Agora todo mundo quer entender os pentecostais. A gente brinca que a Sociologia da Religião descobriu que tinha pentecostal no Brasil logo que o Edir Macedo comprou a Universal. Os pentecostais vêm crescendo, o campo está povoado de pesquisadores por conta da imposição dos fenômenos e não acredito que isso vá esfriar em pouco tempo. Eu tenho trabalhado bastante nos últimos tempos, discutindo os pentecostais. Muitos estudantes, por exemplo aqui na FURB, se interessam pelo tema e acho isso bastante positivo. Tem muita coisa para analisarmos, muitos mitos para a gente desconstruir, muito preconceito para ser mudado, tanto como campo de estudo quanto preconceito religioso que temos na região. Acho que quem quiser estudar isso, o campo é vasto e tem muito a explorar.



“

Do plano de vista do poder político, o capital religioso é transformado em capital político. Quando a pessoa vota, ela não está votando no político, ela está votando no religioso, por isso a necessidade de um conselho para legitimar.

20 ANOS DE ATRASO

PEC 241/55, ao consolidar um regime constitucional de austeridade social (e não de austeridade fiscal) coloca o nosso país sob a égide da constituição financista substituindo a constituição "cidadã" de 1988

LUIZ GUILHERME ANTONELLO

POR VALMOR SCHIOCHET

Sociólogo e professor do PPGDR (Mestrado em Desenvolvimento Regional) <valmorschiochet@gmail.com>

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 241 (tramitação concluída na Câmara dos Deputados) e de n. 55 (tramitação do Senado Federal). A Proposta está pronta para deliberação no Plenário do Senado, depois de aprovada em 9 de novembro de 2016 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isto depois de ter circulado nas redes sociais o Boletim Legislativo n. 53 com Parecer do Consultor Legislativo, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Junior intitulado de "As Inconstitucionalidades do 'Novo Regime Fiscal' Instituído Pela PEC Nº 55, de 2016 (PEC nº 241, De 2016, na Câmara dos Deputados)". O que tudo indica é que os nobres senadores não estão interessados nas bases constitucionais da PEC e também não estão interessados nos argumentos econômicos apresentados por especialistas sobre os equívocos da PEC. Certamente não estarão interessados na opinião da população brasileira, que se manifestou no último dia 11 de novembro nas ruas e nas redes sociais. Até na consulta feita pelo Senado Federal, as manifestações contrárias à PEC vencem por ampla maioria. Mas, neste caso, a "sorte não está lançada" ela já está dada, a PEC será aprovada. A correlação de forças, no Congresso Nacional mais conservador e retrógrada dos tempos democráticos de nosso país, aponta claramente os destinos da austeridade seletiva promovida pelo governo de plantão instalado por um golpe parlamentar.

Do que trata a PEC 241/55? Institui um novo regime fiscal com a introdução de mais nove artigos nas Disposições Constitucionais Transitórias, com validade para os próximos 20 anos e que não poderá ser modificado por nenhum poder da república neste período, independentemente das conjunturas econômicas, fiscais, sociais e políticas do país. A exceção fica para a Presidência da República no décimo ano por meio de Projeto de Lei. Por isto, a alcunha de "PEC do Congelamento" ganha todo o sentido. Em primeiro lugar, um congelamento político. Vinte anos significam, nas regras de hoje, cinco eleições gerais. Em nenhuma delas, poderemos debater sobre o Estado, política fiscal, planos de desenvolvimento social, metas de enfrentamento da desigualdade ou da pobreza. A PEC 241/55 define que a utilização dos recursos públicos estará rigidamente definida considerando os gastos passados (congelando a realidade de desigualdade), acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O ano-base do congelamento é 2016. Políticas de ajustes fiscais têm sido adotadas de forma generalizada pelo mundo afora após a crise de 2008, com uma inflexão mundial em favor do neoliberalismo. O objetivo defendido pelos neoliberais é o de criar as necessárias condições políticas e econômicas para que os mercados voltem a ter confiança na economia e destinem o capital acumulado em investimentos produtivos, não apenas no entesouramento financeiro. Entretanto, nenhum governo teve a ousadia do governo de plantão brasileiro. O máximo, pelo mundo afora, foram propostas de autorização dos gastos condicionados às taxas de crescimento econômico. Nenhum país adotou uma política tão restritiva como o Brasil está adotando agora.

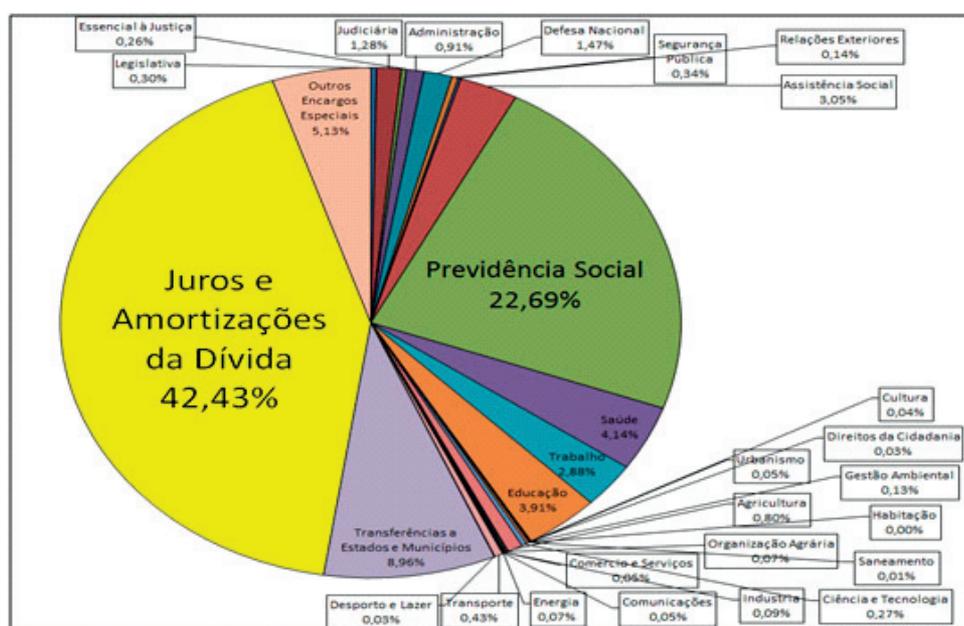
Outro elemento estruturante da PEC 241/55 é seu caráter seletivo quanto ao "congelamento dos gastos

públicos". A Proposta somente tem validade para as chamadas "despesas primárias" excluindo as despesas com pagamento da dívida pública (amortização e juros). Esta diferenciação demonstra claramente que o objetivo da PEC não é o pretendido ajuste fiscal, mas o de garantir condições para que, em meio a uma profunda crise econômica, o orçamento público financie os interesses dos credores da dívida pública. Aqui também, segundo muitos economistas reside o equívoco da PEC 241/55. Ela parte do pressuposto de que a origem da atual crise foi o aumento dos gastos públicos (o que não é verdadeiro, no caso do Brasil). Em verdade, o que ocorreu foi o aumento da dívida pública e consequente utilização do orçamento público para renegociação, amortização e pagamento de juros. A Auditoria Cidadã da Dívida (<http://www.auditoriacidada.org.br>) tem divulgado, anualmente, o gráfico que retrata os dados do Orçamento Geral da União (em formato de pizza). Em 2015, conforme dados do SIAFI, foram destinados à dívida pública 42,43% do Orçamento Geral da União, ou seja, R\$ 962.210.391.323,00.

Portanto, o problema central não são os gastos primários do governo, mas a dívida pública, e a PEC quer congelar todos os gastos primários, ou seja, tudo – saúde, educação, segurança pública, habitação, – menos a dívida pública, pois ficam liberados os recursos para o pagamento da dívida pública. Aqui está claro que nos próximos 20 anos o povo brasileiro vai financiar com a precarização dos serviços públicos e com seus impostos os credores. Lembro aqui que, em 1982, o Delfim Netto (então Ministro do Planejamento) impôs uma redução do salário para o Brasil pagar a dívida externa. O caráter draconiano da PEC nos coloca em caminho semelhante.

Outra conta que a PEC 241/55 não irá congelar é a dos recursos para o aumento de capital de empresas estatais não dependentes. Aqui está mais um imbróglio a ser investigado. Certamente um subterfúgio para negociação da dívida por meio de emissão de algum título público.

Enfim, a PEC 241/55 ao consolidar um regime constitucional de austeridade social (e não de austeridade fiscal) coloca o nosso país sob a égide da constituição financista substituindo a constituição "cidadã" de 1988.



OS LOUCOS DA CIDADE

POR DOUGLAS MAURICIO ZUNINO

Escritor e poeta

Estava batendo pernas pela rua principal da cidade.
Ainda, tenho o velho hábito de andar pelas ruas... De vagar,
sem rumo... definido...
O que procurava?
Procurava aquelas pessoas que chamam comumente
de figurinhas pitorescas, folclóricas: os chamados loucos da
cidade! Eles sempre tinham uma novidade para contar!
Um me mostrava uma nova descoberta. Outro, uma
nova visão. E aquele: um novo pensamento e sentimento.
Mas o que mais gostava neles, não eram suas crenças,
idionsinocracias, ideias.
O que me encantava era a ênfase. O gesto. O olhar. O
tom da voz. Todos tinham sua singularidade.
Eu sorria e sorvia tudo como se fosse um doce e delicioso
licor. O néctar dos Deuses. O indefinido.
Mesmo quando estava do outro lado da calçada, me
chamavam.
Onde estarão, os loucos da cidade?
Eles preenchiam meu dia, me divertiam, animavam.
Quando saía de casa, pisando o chão do mundo: ora
descrente, ora desolado, deslocado ou contrariado, eles me
davam sua força.
Agora percebo: eles eram a alma da cidade!
Eles eram a beleza da cidade!
Eles eram a nobreza da cidade! A graça da cidade!
Mas hoje, não encontrei nenhum...
Estou só, na rua do universo!
Como sinto falta deles... De sua magia... De sua alegria...
E até de seu heroísmo!
Depois de falar com eles, eu me sentia renovado, apto,
amplo e ativo para transcender os obstáculos!
Eles eram meus heróis! Heróis da humildade! Humanidade! Simplicidade!
De tudo que é orgânico e faz viver!
Onde estarão, os loucos da cidade?

Serei eu, o último louco da cidade? Não, não sou
não... Eu apenas me alimentava deles...
De sua fé, esperança, paixão, amor, energia, clarividência...
e até de seu bom-senso! Sim, esses loucos tinham
bom-senso!
Mas não esse bom-senso pseudo-coletivo, canônico,
imobilista. Era um bom-senso sensível, atento e renovado.
Pacífico. Participativo.
Eles não vinham com discursos prontos! Detesto,
discursos prontos!
Eles me mostravam a nova face das coisas!
Um dia, era sempre um novo dia! Verdadeira aurora
do conhecimento! Acontecimento!
Contra esse pragmatismo, aborrecente!
Ah!
Ah!
Ah!
Onde estarão, os loucos da cidade?
E hoje! O que acontece?
Só vejo anônimos escondidos em grupos, com dedos
em riste de rancor e esgares de intolerância.
A cultura do ódio.
A arte do desperdício e embuste.
Sujeitos que se reúnem em torno de velhas idéias,
marchando pelas ruas, sem olhar para trás! E vão para seus
cômodos apartamentos, como se fossem donos do mundo!
Como se fossem, donos de tudo!
Saudade...
Daquela conversa singela, descomprometida...
Daquela elegância... e elegância é coisa do espírito...
Aquele horizonte que não vemos...
Mas imaginamos...
Onde estarão, os loucos da cidade?



O Elefante Celebes-1921
MAX ERNST (1891-1976)- Alemanha
Coleção particular, Londres.



CURTAS

FURB ABRE EDITAL PARA EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS DE ARTES

A Universidade Regional de Blumenau, através da Divisão de Cultura, comunica que estão abertas até 06 de fevereiro de 2017, as inscrições para Exposições Temporárias de Artes Visuais 2017 do Salão Angelim, localizado na Biblioteca Universitária, no Campus I da FURB. Serão aceitas obras nas diferentes linguagens das artes visuais. Poderão participar do processo de seleção: artistas, curadores, colecionadores e instituições; ligados ou não à FURB, com exposições individuais ou coletivas. De acordo com cronograma do edital, a seleção das propostas ocorre entre 13 e 15 de fevereiro de 2017 e o resultado da curadoria será divulgado dia 17 de fevereiro de 2017. Mais informações podem ser obtidas no site furb.br no link EDITAL (nº 001/2016).

NOVAS ESPÉCIES SÃO IDENTIFICADAS NO VALE

Duas novas espécies identificadas como *Siohocamphylus baccae* e *Siohocamphylus sevegnaniae* foram localizadas no Vale do Itajaí e são endêmicas para a região, segundo o biólogo e professor da Furb, Luís Funez. Os nomes prestam homenagem aos professores Lauro Eduardo Bacca e Lúcia Sevegnani, falecida ano passado. A segunda espécie (foto) só ocorre em duas localidades pontuais (penhascos rochosos ou ao longo de cachoeiras). "Embora sejam plantas que se destacam pelas cores fortes, em tom de vermelho, nunca foram estudadas. Nem sequer descritas. É curioso, ainda mais no Vale do Itajaí, onde foi feito o inventário estadual de plantas", destaca o professor Funez. Embora tenham sido avaliadas como criticamente ameaçadas, devido ao alto grau de endemismo, não ocorrem em nenhuma unidade de conservação, ou seja, estão legalmente desprotegidas.



ARQUIVO

Nem sequer descritas. É curioso, ainda mais no Vale do Itajaí, onde foi feito o inventário estadual de plantas", destaca o professor Funez. Embora tenham sido avaliadas como criticamente ameaçadas, devido ao alto grau de endemismo, não ocorrem em nenhuma unidade de conservação, ou seja, estão legalmente desprotegidas.

PROFESSOR APOSENTADO DA FURB INSPIRA BIOGRAFIA

O professor aposentado do Departamento de Arquitetura da FURB Vilmar Vidor, falecido aos 67 anos, em 25 de novembro do ano passado, inspirou a produção de uma biografia. A ex-aluna e orientanda de mestrado, Angelina Wittmann escreveu a trajetória do pesquisador, que foi disponibilizado no blog da autora e está acessível no endereço: angelinawittmann.blogspot.com.br. Natural de Porto Alegre (RS), Vidor veio para Blumenau em 1974. Começou a trabalhar em fevereiro daquele ano no Planejamento Urbano da Prefeitura, na gestão do prefeito Félix Theiss. Vidor é o idealizador do Curso de Arquitetura da FURB e do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Blumenau (IPPUB), autarquia que reunia uma equipe interdisciplinar responsável pelos estudos e pesquisas de projetos da cidade. Para Wittmann, o principal legado deixado pelo professor foi a reflexão sobre a necessidade de se planejar os movimentos urbanos na cidade.



FOTO: ARQUIVO

LETRAS PROMOVE I CONCURSO NOVOS TALENTOS DA LITERATURA "JOSÉ ENDOENÇA MARTINS"

O Departamento de Letras da FURB promove o 1º Concurso Novos Talentos da Literatura "José Endoença Martins" 2016/2017. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 30 de junho de 2017. São cinco categorias: Romance, Conto, Poema/Poesia, Infanto-Juvenil e História em Quadrinhos. O cartaz foi escolhido por meio de júri popular no dia de lançamento, em 28 de setembro, durante a programação da Semana de Letras e da Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (MIP). Os alunos do quarto semestre do curso de Moda, orientados pela professora Lindamir Junge, foram desafiados a produzir o material de divulgação. O escolhido (abaixo), foi de autoria de Adriano Nilton Machado.

A iniciativa conta com a parceria do Núcleo de Estudos Linguísticos (NEL) e do Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras. As obras deverão ser inéditas, ou seja, textos não publicados, parcialmente ou em sua totalidade, em antologias, coletâneas, suplementos literários, jornais, revistas, sites, blogs e qualquer outro meio de publicação. O NEL receberá as inscrições em sua sede, na Sala I-201, Bloco I, Campus 1, no horário das 15h às 18h, nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras. No caso de envio pelos Correios, será considerada a data de postagem, de acordo com o carimbo da entidade. O endereço é o seguinte: FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - NEL - Núcleo de Estudos Linguísticos - Rua Antonio da Veiga 140 Sala I-201 Itoupava Seca - Blumenau-SC - 89030-903. Mais informações pelo edital: http://www.furb.br/_upl/files/noticias/concurso_novos_talentos_da_literatura.pdf

José Endoença Martins é professor universitário, com dois doutorados: Estudos Literários (UFSC, 2002) e Estudos da Tradução (UFSC, 2013). Leciona literatura e teoria literária. Como pesquisador, desenvolve estudos sobre a literatura afro-descendente. Como escritor, publicou duas dezenas de obras, entre poemas, ensaios, contos teatro, romances. Foi professor da FURB.

I CONCURSO NOVOS TALENTOS DA LITERATURA "JOSÉ ENDOENÇA MARTINS" 2016 2017



- 1) ROMANCE
- 2) CONTO
- 3) POEMA/POESIA
- 4) INFANTO JUVENIL
- 5) HISTORIA EM QUADRINHOS

CAEL - CENTRO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DE LETRAS
NEL - NÚCLEO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



INSCRIÇÕES até 30/06/2017

www.furb.br/novostalentos
novostalentos@furb.br

APOIO





INSPIRAÇÃO

RIO QUE PASSA EM NOSSAS VIDAS

POR GERVÁSIO TESSALENO LUZ

Escritor e professor

O Itajaí Açu foi o companheiro de nossa infância e juventude.

De canoa, saindo do ribeiro Garcia, trepávamos a corrente d'água em direção às Itoupavas. Ou, mais suave de remar, ela nos levava próximo a Gaspar.

Entre um mergulho e outro, ele nos fornecia desde robalos, peixe do mar que desova no rio, até pitus, camarões de água doce.

Sem esquecer, na paisagem, sobre tocos e pedras, a presença de tartarugas, os nossos cágados.

Isto foi ontem. No mais recente, o panorama visto das pontes é totalmente diverso. Poluição ampla, total e irrestrita.

Agora – é sempre agora, deixa-se tudo para quando a coisa está pro não dá mais – esboçam-se reações para salvá-lo.

Organizam-se manifestações, cada dia mais frequentes.

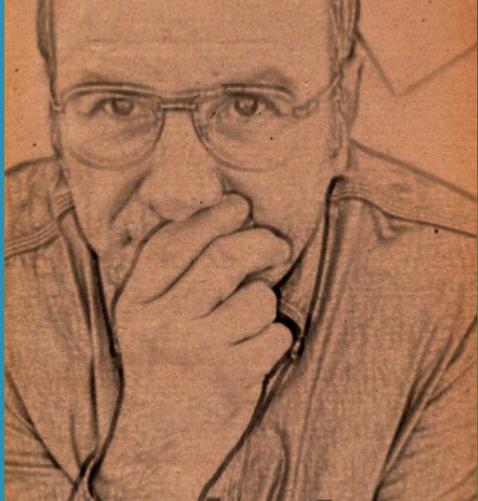
Faz domingos ocorreu um festival na Prainha. Ioles e jet-skys movimentavam as águas. Nas margens, faixas e barracas brancas revelam a presença humana.

Iniciativa da Sarita (Sociedade Amigos do Rio Itajaí), organização não-governamental que tem como objetivo maior a preservação e despoluição de uma de nossas fontes de vida.

O público ficou aquém das expectativas. É preciso envolver toda a comunidade.

Verdade (maldosa): Para arrebatarmos multidões mesmo só a outra Sarita, a Montiel, <La Violetera>, dos seios arfantes, do cinema espanhol.

Publicado originalmente no Jornal "Cruzeiro do Vale", Gaspar 26.11.99



LADO B

A POLITIZAÇÃO DA SALA DE AULA

A sala de aula vem sendo perigosamente intoxicada pela polarização ideológica. De um lado, o discurso dos que perderam o governo contra a conspiração golpista; de outro, o discurso dos que não conseguem governar contra a doutrinação ideológica. Esta tensão reduz o debate acadêmico a um festival de acusações maniqueístas que serve apenas para reforçar os próprios preconceitos. E, sobretudo, converte a universidade num ambiente intolerante e agressivo. As consequências deste reducionismo para a rotina acadêmica são muito importantes: um novo ethos acadêmico esta começando a emergir deste clima sulfuroso.

É que recentemente a FURB e os seus professores foram acusa-

dos no Facebook de doutrinação ideológica. A publicação da imagem de um powerpoint maniqueísta sobre os movimentos de direita desencadeou uma histeria midiática. A reação emocional bloqueou o raciocínio: ninguém se perguntou se teria sido mesmo um professor que efetuou a análise maniqueísta ou a foto foi deliberadamente descontextualizada para promover o maniqueísmo do professor. Para entender esta politização da sala de aula nas redes sociais precisamos considerar dois fenômenos: a) o Bubble Thinking; b) a Post-truth.

O Bubble Thinking constitui um efeito emergente das redes sociais. Em certa medida o Bubble Thinking não é um fenômeno completamente novo. Afinal, os seres humanos são animais que crêem. Esta constante antropológica nos obriga a acreditar em algo para interagir socialmente. Por isto, sempre convergimos socialmente para junto daqueles que possuem as mes-

mas crenças que nós. Portanto, quanto mais convivemos, mais nos parecemos. Ocorre que as redes sociais potencializam o efeito do Grupo de Referência. As conexões emocionais da Bubble Think produzem uma identificação tribal entre os indivíduos.

Já o Post-truth constitui uma expressão criada por R. Keyes em 2004 no livro *The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary*. Constitui o efeito da quebra do monopólio da informação no qual os indivíduos moldam suas próprias opiniões. Tornou-se mundialmente conhecida quando o Oxford Dictionary nomeou a palavra do ano de 2016. Passou a ser utilizada de forma corrente depois do referendo do Brexit e durante a eleição presidencial americana. Denota as circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal.

A mistura da Bubble Thinking com Post-truth cria a política pós-fatual. Na política pós-fatual os fatos perdem a capacidade de fomentar o consenso no debate público. A opinião pública se forma pelas emoções. Por um lado, o aumento exponencial de informações dificulta a checagem da credibilidade dos fatos; por outro, o nosso vício cognitivo por narrativas simples e previsíveis rejeita as explicações complexas dos fatos. Constitui um tipo de ativismo virtual no qual as versões se tornam mais importantes que nas constatações. Este processo marca a passagem da "Sociedade dos Fatos" para a "Sociedade dos Dados".

A Sociedade dos Dados é aquela no qual as atividades sociais deixam rastros eletrônicos constantes. Com a disseminação das tecnologias inteligentes, das mídias sociais, do aumento do comércio eletrônico e dos dispositivos sensoriais em espaços públicos, onde produzimos grande quantidade de dados nas nos-

sas atividades diárias. Este processo desencadeia duas mudanças mais importantes para a universidade: a) perda da confiança em instituições; b) a mudanças na forma como o conhecimento chega ao público. O resultado é a dificuldade de auditar o exato estatuto exato da constante mudança do humor.

Na Sociedade dos Fatos o papel da universidade era certificar o conhecimento. Produzir fatos e estabilizar uma forma de interpretá-los. Os fatos eram utilizados socialmente para mediar perspectivas conflituosas. Por exemplo, trabalhadores e empresários podiam discordar sobre uma política econômica, mas concordavam sobre os índices de desemprego porque possuíam uma realidade compartilhada. Ocorre que na Sociedade dos Dados o conhecimento não é visto como declarações sobre a realidade, mas indicadores do sentimento atual. Aqui o desafio é exercer as atividades acadêmicas num mundo sem fatos.

A entrada da política pós-fatual na sala de aula tem um profundo efeito na vida acadêmica. Por um lado, provoca um viés de confirmação dos dados: nos mantém em contato somente com pessoas que possuem as mesmas crenças (identificação tribal); por outro, a checagem dos dados não conta: as informações que são tratadas com superficialidade do like (ilusão de validade). O efeito é a redução do debate político a manifestações histriônicas de raiva. Afinal, quando a opinião substitui o conteúdo à única coisa que conta é credibilidade. Portanto, reduz o debate político em sala de aula a torcida.

Os conflitos são endêmicos do meio acadêmico. Tanto no plano individual entre professor-aluno, quanto no plano coletivo entre o corpo docente e o corpo discente. Estas oposições não dizem respeito somente às diferenças geracionais, mas também aos interesses. Portanto, a oposição é saudável e até mesmo necessária para a criação de novas ideias. Porém, a política pós-fatual modifica profundamente o padrão convencional de processamento destes conflitos. Ainda não encontramos na universidade uma forma adequada para tratar a substituição da política baseada nos fatos pela política apoiada em dados.

Por isto a politização da sala de aula constitui uma questão importante para a FURB. Enquanto o estatuto exato dos dados não se estabiliza, a espuma emocional cresce. A medida que o debate público sobre os fatos vai sendo encoberto pela espuma emocional a docência se torna uma atividade profissional sempre mais conflituosa. Isto envolve: a) Dimensão acadêmica: a ameaça à autonomia de cátedra pela patrulha ideológica; b) Dimensão legal: os danos morais pela exposição da imagem dos professores; c) Dimensão sindical: os direitos do professor enquanto trabalhador; d) Dimensão institucional: a imagem da FURB foi afetada.

Precisamos inverter a forma de conceber a politização pós-fatual da sala de aula. Se permanecermos presos à espuma emocional estaremos inclinados a achar que a politização da sala de aula aumenta a doutrinação ideológica, quando na verdade a doutrinação só aumenta porque a sala de aula é politizada por interesses não acadêmicos. A politização da sala de aula constitui o fim da possibilidade de construção de um debate racional sobre questões políticas no meio acadêmico. Se quisermos mesmo saber o que está acontecendo, precisamos limpar a espuma emocional que produz ilusão de validade.

Coitada da FURB, esta velha senhora sempre tão conservadora... Ser acusada de doutrinação ideológica de esquerda constrangeu a Cordeiros e Raposas. Atrás da espuma emocional criada pelo efeito do Bubble Thinking e da Post-Truth esconde-se um fato muito simples: a aula foi politizada pela disputa do DCE. Afinal, com três chapas para o DCE a postagem tentou aumentar a espuma emocional para polarizar a eleição e capitalizar politicamente. Mas a politização da sala de aula revela um novo ethos acadêmico: o Acadêmico-pinóquio. O acadêmico-pinóquio são professores e alunos que só debatem pelo *Facebook*.

“

A politização da sala de aula constitui uma questão importante para a FURB. Enquanto o estatuto exato dos dados não se estabiliza, a espuma emocional cresce. A medida que o debate público sobre os fatos vai sendo encoberto pela espuma emocional a docência se torna uma atividade profissional sempre mais conflituosa.